



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI N. 018/2025 – LEI ORÇAMENTÁRIA QUE INSTITUI O PLANO PLURIANUAL (PPA) DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ PARA O PERÍODO DE 2026 A 2029.

EMENTA: TRATA-SE DE PARECER PARA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIO QUE INSTITUI O PPA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ PARA O PERÍODO DE 2026 A 2029.

1. RELATÓRIO

O Prefeito Municipal de Santa Cruz encaminha à apreciação da Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 18/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026–2029, em cumprimento ao art. 165, inciso I, da CF/88 e às normas de direito financeiro. O PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para o período, organizando as ações governamentais em programas temáticos, com metas físicas e financeiras e respectivas fontes de financiamento.

A Mensagem nº 18/2025 esclarece que o plano foi elaborado em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei nº 4.320/64, assegurando a compatibilidade entre políticas públicas e disponibilidade orçamentária. Os anexos do projeto contêm detalhamento de programas setoriais, estimativas de receita e de despesa e metodologia de projeção de receitas baseada em médias de crescimento realista.

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação analisar o projeto quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais e da LC nº 95/1998. Vindo os autos a esta Comissão, a qual compete emitir Parecer nas leis orçamentárias, nos termos do art. 32 do Regimento Interno, passamos a proferir o seguinte parecer, a ser apreciado pelo Plenário da Casa, nos termos do art. 47, V, do Regimento Interno, combinado com o art. 71, I, da Constituição da República.

2. COMPETÊNCIA E INICIATIVA

A competência para instituir o Plano Plurianual decorre do art. 165, inciso I, da CF/88, aplicável aos municípios por simetria com a organização orçamentária da União, conforme o art. 29. O dispositivo atribui ao Poder Executivo a iniciativa dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/PE

(CASA DR. JOSE CORIOLANO SOBRINHO)

O projeto observa as normas de elaboração, redação e consolidação das leis estabelecidas pela LC nº 95/1998, notadamente quanto à clareza, precisão e ordem lógica das disposições. O título da proposição é adequado, a ementa é objetiva e o corpo normativo está redigido em linguagem normativa, sem ambiguidade.

Os anexos contêm estrutura programática compatível com o padrão orçamentário, indicando metas e fontes de recursos.

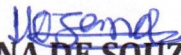
A ementa é clara e adequada. Não há vícios de linguagem, omissões ou impropriedades redacionais que comprometam a inteligibilidade do texto.

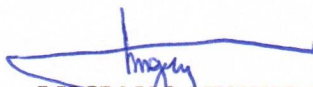
5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opinamos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 18/2025, recomendando sua tramitação regular e posterior apreciação pelo Plenário da Casa.

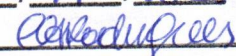
É o Parecer!

Sala das Comissões, 04 de novembro de 2025.


HOZANA DE SOUZA ALVES
Relatora


LUCIANO NUNES GOMES
PRESIDENTE


TELVANDO RODRIGUES SOARES
MEMBRO

Aprovado em 19 e 20 discussão
em 05 / 11 / 2025
19 / 11 / 2025

PRESIDENTE